

**ANEXO III-B**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CERTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA  
GESTÃO DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS –  
NÍVEL INTERMEDIÁRIO**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº DE QUESTÕES
<p><b>1. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS</b></p> <p>1.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS;</p> <p>1.2 Portaria MPS nº 1.467/2022:</p> <p>1.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º;</p> <p>1.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75;</p> <p>1.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84;</p> <p>1.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181;</p> <p>1.3 Portaria MPS nº 1.467/2022:</p> <p>1.3.1 Concessão de benefícios – art. 157;</p> <p>1.3.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158;</p> <p>1.3.3 Regras de acumulação de benefícios – art. 165.</p>	4
<p><b>2. GESTÃO ATUARIAL</b></p> <p>2.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:</p> <p>2.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25;</p> <p>2.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26;</p> <p>2.1.3 Base cadastral – art. 47;</p> <p>2.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54;</p> <p>2.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55;</p> <p>2.1.6 Acompanhamento atuarial – arts. 67 ao 70.</p>	4
<p><b>3. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b></p> <p>3.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;</p> <p>3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – capítulo XI;</p> <p>3.3 Manual do Pró-Gestão RPPS:</p> <p>3.3.1 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;</p> <p>3.3.2 Objetivos;</p> <p>3.3.3 Premissas;</p> <p>3.3.4 Adesão voluntária;</p> <p>3.3.5 Dimensões;</p> <p>3.3.6 Níveis de aderência;</p> <p>3.3.7 Temporalidade;</p> <p>3.3.8 Regularidade previdenciária;</p> <p>3.3.9 Manutenção e renovação da certificação;</p> <p>3.4 Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitê de Investimentos – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo V, seção D);</p> <p>3.5 ISP-RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo XII.</p>	5
<p><b>4. CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO</b></p> <p>4.1 Controle na Administração Pública: conceito e objetivos;</p>	2

<p>4.2 Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;</p> <p>4.3 Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;</p> <p>4.4 Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;</p> <p>4.5 Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59;</p> <p>4.6 Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255;</p> <p>4.7 Sociedade: transparência pública e o controle social;</p> <p>4.8 Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022):</p> <p>4.8.1 Competência: arts. 239 e 240;</p> <p>4.8.2 Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;</p> <p>4.8.3 Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;</p> <p>4.8.4 Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V;</p> <p>4.8.5 Processo Administrativo Previdenciário – PAP: capítulo XIII, seção VI.</p>	2
<p>5. <b>COMPLIANCE E ÉTICA</b></p> <p>5.1 Risco de imagem (reputação) e risco legal (não cumprimento da legislação/regulamentação): implicações de não observância dos princípios e regras de compliance legal e ética;</p> <p>5.2 Prevenção contra a Lavagem de Dinheiro;</p> <p>5.3 Quem está sujeito à lei e à regulamentação: abrangência, amplitude e responsabilidades dos profissionais e das instituições financeiras e não-financeiras (Lei nº 9.613/1998, capítulo V, art. 9º da Resolução CVM nº 50, capítulo I e Circulares Bacen nºs. 3.858/2017, capítulo I e 3.978/2020, capítulo I);</p> <p>5.4 Ética na venda;</p> <p>5.5 Venda casada: conceito;</p> <p>5.6 Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco.</p>	5
<p>6. <b>NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA</b></p> <p>6.1 Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado;</p> <p>6.1.1 Atribuições dos órgãos de regulação e fiscalização: Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM;</p> <p>6.1.2 Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais e Bancos de Investimento;</p> <p>6.1.3 Outros Intermediários: Sociedades Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários;</p> <p>6.1.4 B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão;</p> <p>6.2 Conceitos Básicos de Economia;</p> <p>6.2.1 Indicadores econômicos (definição): PIB – Produto Interno Bruto, índices de inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio (PTAX), taxa SELIC, taxa DI e TR – Taxa Referencial;</p> <p>6.2.2 Política Fiscal: necessidade de financiamento do setor público, implicações sobre a dívida pública;</p> <p>6.2.3 Política Cambial: cupom cambial, reservas internacionais, regime de taxa de câmbio (relações e conceitos);</p> <p>6.2.4 Contas Externas: Balança Comercial, Transações Correntes, Conta de Capital (conceitos).</p>	5
<p>7. <b>LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS.<sup>15</sup></b></p>	5

<sup>15</sup> A Resolução CVM nº 175/2022 revogou a Resolução CVM nº 555/2014, com impactos que resultarão em alterações na Resolução CMN nº 4.963/2021 e no capítulo VI e Anexo VIII da Portaria MPS nº 1.467/2022. Enquanto essas mudanças não forem refletidas na referida Resolução CMN 4.963/2021 e na Portaria MPS nº

<p>7.1 Resolução CMN nº 4.963/2021:</p> <p>7.1.1 Da Alocação dos Recursos;</p> <p>7.1.2 Da Política de Investimentos;</p> <p>7.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;</p> <p>7.1.4 Do Segmento de Renda Variável;</p> <p>7.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;</p> <p>7.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;</p> <p>7.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;</p> <p>7.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;</p> <p>7.1.9 Dos Limites Gerais;</p> <p>7.1.10 Da Gestão;</p> <p>7.1.11 Do Custodiante;</p> <p>7.1.12 Das Outras Contratações;</p> <p>7.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;</p> <p>7.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;</p> <p>7.1.15 Dos Enquadramentos;</p> <p>7.1.16 Das Vedações;</p> <p>7.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 86 ao 156) e Anexo VIII (arts. 1º ao 35):</p> <p>7.2.1 Dos Investimentos dos Recursos.</p> <p>7.2.2 Da Gestão da aplicação dos recursos.</p> <p>7.2.3 Da Política de Investimentos.</p> <p>7.2.4 Do Credenciamento de Instituições.</p> <p>7.2.5 Das Alocações dos Recursos.</p> <p>7.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos riscos;</p> <p>7.2.7 Da Categorização dos RPPS;</p> <p>7.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;</p> <p>7.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;</p> <p>7.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;</p> <p>7.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;</p> <p>7.2.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados.</p>	8
<p><b>8. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS</b></p> <p>8.1 Instrumentos de Renda Fixa;</p> <p>8.1.1 Formação das Taxas de Juros no Brasil;</p> <p>8.1.1.1 A Influência das Taxas de Juros nas Empresas e no Governo;</p> <p>8.1.1.2 A Política Monetária, seus instrumentos e o Comitê de Política Monetária (COPOM);</p> <p>8.1.1.3 Investimentos e Cenários: relação entre os cenários econômicos e as taxas de juros;</p> <p>8.1.2 Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação;</p> <p>8.1.3 Principais características de Títulos Públicos e Privados;</p> <p>8.1.3.1 Precificação de Títulos Públicos e Privados;</p> <p>8.1.3.2 Preço de Mercado: Ágio e Deságio;</p> <p>8.1.3.3 Retorno do investimento;</p> <p>8.1.4 Indicadores de Renda Fixa:</p>	8

1.467/2022, as questões relativas a essa legislação deverão ser interpretadas à luz da Resolução CVM nº 175/2022, conforme Nota Técnica SEI nº 222/2023/MPS e Quadro Comparativo\_Resolução\_4963\_2021\_DE\_PARA, disponíveis no link: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/destaques/nota-tecnica-sei-no-222-2023-mps-e-o-quadro-comparativo-resolucao-4963-2021-de-para>.

<p>8.1.4.1 Índice de Mercado ANBIMA – (IMA-B, IRF-M e IMA-S);</p> <p>8.1.4.2 IDkA – Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA);</p> <p>8.1.5 Estrutura Temporal das Taxas de Juros:</p> <p>8.1.5.1 Projeção da curva de Juros Prefixada;</p> <p>8.1.5.2 Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro);</p> <p>8.1.5.3 Projeção da curva de Cupom de IGP-M e IPCA;</p> <p>8.1.6 Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões de Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário;</p> <p>8.1.7 Tesouro Direto. Conceito e características operacionais;</p> <p>8.1.8 Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno:</p> <p>8.1.8.1 Letras do Tesouro Nacional (LTN);</p> <p>8.1.8.2 Letras Financeiras do Tesouro (LFT);</p> <p>8.1.8.3 Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F);</p> <p>8.1.8.4 Tesouro Renda+ (título do Tesouro Direto);</p> <p>8.1.8.5 Tesouro Educa+ (título do Tesouro Direto);</p> <p>8.1.9 Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional:</p> <p>8.1.9.1 Certificado de Depósito Bancário (CDB);</p> <p>8.1.9.2 Recibo de Depósito Bancário (RDB);</p> <p>8.1.9.3 Depósito Interfinanceiro (DI);</p> <p>8.1.9.4 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE);</p> <p>8.1.9.5 Notas Promissórias (NP);</p> <p>8.1.9.6 Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011);</p> <p>8.1.9.7 Securitização de Recebíveis;</p> <p>8.1.9.8 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI), Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Letra Imobiliária Garantida (LIG);</p> <p>8.1.9.9 Títulos do segmento agrícola: Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA e Cédula de Produtor Rural – CPR;</p> <p>8.1.10 Títulos do segmento ASG;</p> <p>8.1.11 Títulos Verdes (<i>Green Bonds</i>);</p> <p>8.1.12 Títulos Sociais (<i>Social Bonds</i>);</p> <p>8.1.13 Títulos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);</p> <p>8.1.14 Títulos de Transição (Climática);</p> <p>8.1.15 Letra Financeira (LF);</p> <p>8.1.16 Letra de Câmbio (LC);</p> <p>8.1.17 Operações compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras;</p> <p>8.1.18 Renda Fixa Internacional;</p> <p>8.1.19 Taxas de Câmbio: Relações de Paridade entre as Moedas;</p> <p>8.1.20 Transferência Internacional de Recursos;</p> <p>8.1.21 Principais títulos emitidos pelo Tesouro Norte-Americano: <i>Treasury Bills</i>, <i>Treasury Notes</i>, <i>Treasury Bonds</i>, e TIPS - <i>Treasury Inflation-Protected Securities</i>;</p> <p>8.1.22 Títulos Brasileiros no Mercado Internacional: <i>Global Bonds</i> e <i>Eurobonds</i>;</p> <p>8.1.23 Outros títulos: <i>Certificates of Deposit</i> (CD) e <i>Commercial Papers</i> (CP);</p> <p>8.1.24 <i>Repos</i> (<i>Repurchase Agreements</i>);</p> <p>8.1.25 Os Riscos em aplicações de Renda Fixa:</p> <p>8.1.25.1 Risco de Crédito;</p> <p>8.1.25.2 Definição de solvência e inadimplência;</p>	
---	--

<p>8.1.25.3 Mensuração do risco de crédito;</p> <p>8.1.25.4 <i>Spread</i> de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços);</p> <p>8.1.25.5 Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa);</p> <p>8.1.25.6 <i>Ratings</i> e sua influência sobre preços dos ativos;</p> <p>8.1.25.7 Risco Operacional;</p> <p>8.1.25.8 Risco de Mercado;</p> <p>8.1.25.9 Risco de Liquidez;</p> <p>8.1.25.10 Risco País;</p> <p>8.1.25.11 Risco Cambial;</p> <p>8.1.26 Análise de Títulos de Renda Fixa:</p> <p>8.1.26.1 <i>Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate</i>;</p> <p>8.1.26.2 Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços.</p> <p>8.1.26.3 <i>Duration</i> de Macaulay e <i>Duration</i> Modificada;</p> <p>8.1.27 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;</p> <p>8.2 Renda Variável:</p> <p>8.2.1 Ações: Tipos, Classes e Espécies. Certificado de Depósito de Ações (UNITS);</p> <p>8.2.2 BDRs – <i>Brazilian Depositary Receipts</i>;</p> <p>8.2.3 Patrocinados e não patrocinados;</p> <p>8.2.4 Riscos no Mercado Acionário;</p> <p>8.2.5 Risco de Mercado (Volatilidade);</p> <p>8.2.6 Risco de Liquidez;</p> <p>8.2.7 Mercado de Ações;</p> <p>8.2.8 Mercado Primário e Mercado Secundário: principais conceitos e funções econômicas; características e formas de negociação;</p> <p>8.3 Derivativos;</p> <p>8.3.1 Conceitos Gerais de Derivativos;</p> <p>8.3.2 Formas de utilização dos Contratos Derivativos. Principais estratégias, os riscos e suas utilizações;</p> <p>8.3.3 Especulação;</p> <p>8.3.4 Arbitragem;</p> <p>8.3.5 Hedge;</p> <p>8.3.6 Negociação, Liquidação e Custódia;</p> <p>8.3.7 Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F;</p> <p>8.3.8 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor;</p> <p>8.3.9 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB. Conceito e finalidade.</p>	
<p>9. <b>FUNDOS DE INVESTIMENTOS</b></p> <p>9.1 Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral:</p> <p>9.1.1 Características, Constituição e Comunicação;</p> <p>9.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;</p> <p>9.1.3 Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM;</p> <p>9.1.4 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;</p> <p>9.1.5 Segregação Patrimonial;</p> <p>9.1.6 Cotas;</p> <p>9.1.7 Classes abertas e fechadas;</p>	16

<ul style="list-style-type: none"> <li>9.1.8 Emissão;</li> <li>9.1.9 Subscrição e Integralização;</li> <li>9.1.10 Resgate e Amortização;</li> <li>9.1.11 Negociação com uso indevido de Informação Privilegiada;</li> <li>9.1.12 Distribuição;</li> <li>9.1.13 Investimento por conta e ordem;</li> <li>9.1.14 Participação política do Investidor por Conta e Ordem;</li> <li>9.1.15 Divulgação das Informações;</li> <li>9.1.16 Envio de comunicações aos cotistas;</li> <li>9.1.17 Divulgação de informações e Resultados;</li> <li>9.1.18 Divulgação de cota e rentabilidade;</li> <li>9.1.19 Balancetes e demonstrações contábeis;</li> <li>9.1.20 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes;</li> <li>9.1.21 Fundos Socioambientais;</li> <li>9.1.22 Assembleia de Cotistas;</li> <li>9.1.23 Assembleias Gerais de cotistas;</li> <li>9.1.24 Assembleias Especiais de cotistas;</li> <li>9.1.25 Prestação de Serviços;</li> <li>9.1.26 Serviços Essenciais;</li> <li>9.1.27 Funções do Administrador;</li> <li>9.1.28 Funções do Gestor;</li> <li>9.1.29 Negociação em ativos em Mercados Organizados;</li> <li>9.1.30 Limites de Composição e Concentração da Carteira;</li> <li>9.1.31 Gestão de Liquidez;</li> <li>9.1.32 Direito de Voto;</li> <li>9.1.33 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;</li> <li>9.1.34 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês;</li> <li>9.1.35 Remuneração;</li> <li>9.1.36 Taxa de Administração e Gestão;</li> <li>9.1.37 Taxa de Ingresso;</li> <li>9.1.38 Taxa de Saída;</li> <li>9.1.39 Taxa Máxima de distribuição;</li> <li>9.1.40 Acordos de Remuneração;</li> <li>9.1.41 Vedações;</li> <li>9.1.42 Obrigações;</li> <li>9.1.43 Normas de Conduta;</li> <li>9.1.44 Carteira;</li> <li>9.1.45 Classes Restritas e Previdenciárias;</li> <li>9.1.46 Encargos;</li> <li>9.1.47 Patrimônio Líquido Negativo com limitação de Responsabilidade;</li> <li>9.1.48 Responsabilidade limitada de cotistas;</li> <li>9.1.49 Responsabilidade ilimitada de cotistas;</li> <li>9.1.50 Patrimônio Líquido negativo;</li> <li>9.1.51 Insolvência da classe de cotas;</li> <li>9.2 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.2.1 Prestação de Serviços;</li> <li>9.2.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;</li> <li>9.2.3 Disposições Gerais;</li> <li>9.2.4 Vedações;</li> <li>9.2.5 Distribuição e Subscrição;</li> <li>9.2.6 Carteira;</li> <li>9.2.7 Ativos Financeiros no Brasil;</li> </ul> </li> </ul>	
---	--

<ul style="list-style-type: none"> <li>9.2.8 Ativos Financeiros no Exterior;</li> <li>9.2.9 Limites por Emissor;</li> <li>9.2.10 Limites por Modalidade de Ativo Financeiro;</li> <li>9.2.11 Deveres quanto aos Limites de Concentração;</li> <li>9.2.12 Tipificação;</li> <li>9.2.13 Fundos de Renda Fixa;</li> <li>9.2.14 Fundo de Ações;</li> <li>9.2.15 Fundos Cambiais;</li> <li>9.2.16 Fundos Multimercados;</li> <li>9.2.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura;</li> <li>9.2.18 Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária;</li> <li>9.2.19 Concentração em Crédito Privado;</li> <li>9.2.20 Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro;</li> <li>9.2.21 Exposição ao Risco de Capital;</li> <li>9.2.22 Classes Restritas;</li> <li>9.2.23 Encargos;</li> <li>9.3 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI, da Resolução CVM nº 175/2022;</li> <li>9.3.1 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;</li> <li>9.3.2 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;</li> <li>9.3.3 Fundos de Investimento em Participações – FIP;</li> <li>9.3.4 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs – Exchange Traded Funds e ETF ASG;</li> <li>9.3.5 Fundos Previdenciários.</li> </ul>	
<p><b>10. CONHECIMENTOS BÁSICOS DE FINANÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>10.1 Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa;</li> <li>10.2 Regime de Capitalização Simples;</li> <li>10.3 Proporcionalidade de Taxas;</li> <li>8.4 Regime de Capitalização Composto;</li> <li>8.5 Equivalência de Taxas;</li> <li>8.6 Regime de Capitalização Contínuo;</li> <li>8.7 Desconto Bancário ou “por fora”;</li> <li>8.8 Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher;</li> <li>8.9 Séries Uniformes de Pagamentos;</li> <li>8.10 Séries Uniformes Antecipadas;</li> <li>8.11 Séries Uniformes Postecipadas;</li> <li>8.12 Perpetuidade;</li> <li>8.13 Valor Futuro (ou Montante) de uma Série Uniforme de Pagamentos;</li> <li>8.14 Sistemas de amortização: definições e conceitos da Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela Price e SAA (Sistema de Amortização Americano);</li> <li>8.15 Métodos de Análise de Investimentos;</li> <li>8.16 Taxa Mínima de Atratividade;</li> <li>8.17 Custo de Oportunidade;</li> <li>8.18 Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa Interna de Retorno Modificada; Risco de Reinvestimento;</li> <li>8.19 Valor Presente Líquido (VPL).</li> </ul>	5
<p><b>9 TEORIA MODERNA DAS CARTEIRAS.</b></p>	7

<ul style="list-style-type: none"> <li>9.1 Teoria da utilidade esperada: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.1.1 Definição de risco e retorno;</li> <li>9.1.2 Dominância estocástica;</li> <li>9.1.3 Formato das curvas de utilidade esperada;</li> <li>9.1.4 Saciabilidade;</li> <li>9.1.5 Aversão ao risco;</li> <li>9.1.6 Neutralidade ao risco;</li> <li>9.1.7 Propensão ao risco;</li> </ul> </li> <li>9.2 Fronteira eficiente: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.2.1 Diversificação, risco e retorno;</li> <li>9.2.2 Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos;</li> <li>9.2.3 A curva envoltória;</li> <li>9.2.4 Carteira de variância mínima;</li> <li>9.2.5 Construção da fronteira eficiente;</li> <li>9.2.6 Escolha da carteira ótima;</li> </ul> </li> <li>9.3 A introdução do ativo livre de risco: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.3.1 O Teorema da Separação;</li> <li>9.3.2 A Linha de Mercado de Capitais (<i>Capital Market Line</i>);</li> <li>9.3.3 Efeito da alavancagem;</li> <li>9.3.4 Relaxamento das hipóteses;</li> <li>9.3.5 Ausência de custos de transação e impostos;</li> <li>9.3.6 Possibilidade de vendas a descoberto;</li> <li>9.3.7 Financiamento à taxa sem risco;</li> <li>9.3.8 Homogeneidade das expectativas;</li> </ul> </li> <li>9.4 Risco sistemático e não-sistemático: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.4.1 Risco sistemático;</li> <li>9.4.2 Risco não-sistemático;</li> <li>9.4.3 Efeito da diversificação;</li> </ul> </li> <li>9.5 Beta e a reta característica: <ul style="list-style-type: none"> <li>9.5.1 Beta e risco sistemático;</li> <li>9.5.2 Reta característica de um ativo;</li> </ul> </li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>10. <b>ALOCAÇÃO DE ATIVOS.</b></li> <li>10.1 Estratégias básicas de alocação de ativos: <ul style="list-style-type: none"> <li>10.1.1 Ativa, passiva e semiativa;</li> <li>10.1.2 Objetivos a serem atingidos;</li> <li>10.1.3 O papel dos índices;</li> <li>10.1.4 Classificação e características das estratégias em mercado de renda fixa e variável;</li> <li>10.1.5 Riscos incorridos nas diferentes estratégias;</li> </ul> </li> <li>10.2 <i>Asset Allocation</i>: <ul style="list-style-type: none"> <li>10.2.1 Objetivos e características do <i>Asset Allocation</i>;</li> <li>10.2.2 Objetivos de risco e retorno no processo de <i>Asset Allocation</i>;</li> <li>10.2.3 Características e diferenças entre alocação estratégica e tática;</li> <li>10.2.4 Processo de seleção de classes de ativos;</li> <li>10.2.5 Diferenças entre alocação dinâmica e estática;</li> <li>10.2.6 O processo de construção de <i>Asset Allocation</i>.</li> </ul> </li> </ul>	<p>7</p>
<b>Total</b>	<b>70</b>